

NOTÍCIAS ZECA DIRCEU

Movimentos sociais vão às ruas de Curitiba para que despejos continuem proibidos

18/03/2022



O vidraceiro Mario Celso Lacerda, de 49 anos, saiu da ocupação Nova Esperança, em Campo Magro, para participar de um protesto pedindo a manutenção da proibição de despejos ao longo da pandemia da Covid-19.

A determinação do Supremo Tribunal Federal (STF), que prorrogou a vigência da Lei n.º 14.216/2021, perde a validade no dia 31 de março e pode colocar até 132 mil famílias nas ruas. Lacerda morava no CIC, em Curitiba, mas o preço do aluguel era incompatível com a renda. Ele e a esposa juntaram os bens e há um ano e meio estão na Nova Esperança, onde vivem cerca de 2 mil habitantes.

De lá também veio Juliana Ferreira, de 25 anos, que está desempregada e vive de bicos. Mãe de três filhos, ela morava na capital antes de ir para a ocupação. “Ih, no começo foi difícil. Não tinha luz, água. Minha mãe que levava para mim daqui de Curitiba. Mas fiquei lá porque não tinha outro lugar durante a pandemia”, lamenta.

Cerca de quinhentas pessoas de toda região se reuniram em frente à Câmara Municipal de Curitiba nesta quinta-feira (17). A mobilização foi nacional e convocada pelo “Despejo Zero”.

Participaram ONGs, coletivos, movimentos sociais e pastorais. Após discursos em frente à Câmara, os manifestantes seguiram para o Centro Cívico, onde foi entregue uma carta destinada a desembargadores, membros do governo do estado, Ministério Público, deputados estaduais e Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

O documento lista uma série de problemas causados pela pandemia da Covid-19, sobretudo econômicos, que colocaram muitas famílias em situação de vulnerabilidade social. “Somente no Paraná, segundo dados da Campanha Despejo Zero, ao menos 1.656 famílias foram removidas mesmo diante das orientações dos órgãos de saúde para ‘ficar em casa’ e em desrespeito às normas nacionais e internacionais que determinam que despejos jamais devem ocasionar que populações vulneráveis fiquem sem alternativa de moradia”, aponta o texto.

Assinam a carta além da campanha Despejo Zero, o MST, MTST, Movimento Popular por Moradia (MPM) e outras organizações.

“Nós queremos sensibilizar o Supremo para que prorrogue esse prazo. Despejo em meio à pandemia é desumano”, disse Roberto Barrios, do MST.

Políticos também participaram do ato. Além de Renato Freitas (PT), que aproveitou a ocasião para entregar sua defesa prévia no caso do protesto antirracista, outros petistas também estiveram no protesto: as vereadoras Professora Josete, Carol Dartora (Curitiba) e Thays Bieberbach (União da Vitória), o deputado estadual Professor Lemos e o deputado federal Zeca Dirceu.

“Não é razoável você ter despejos num período como esse que estamos vivendo, atípico, trágico. Nós ainda temos reflexos da pandemia, que não acabou. Temos 20 milhões de pessoas passando fome no Brasil e infelizmente essa realidade acontece aqui no Paraná. São atos como este que influenciam as decisões. A minha presença aqui é um gesto de apoio ao valor dessas lutas e

dessas mobilizações”, defendeu Zeca Dirceu.

Além da extensão da medida, a carta entregue pelos movimentos sociais também requereu a elaboração de um Plano Nacional Habitacional de Emergência para famílias atingidas por enchentes e incêndios – como o ocorrido no Morro do Sabão, no Parolin.

Guarda Municipal (GM) e Polícia Militar (PM) acompanharam o protesto e não houve registros de incidentes.

Fonte: Plural Curitiba